Estratégia Concursos

Aula 00

Legislação Específica p/ CREFONO 4ª Região (Assistente Administrativo) Pós-Edital

Autor:
Tiago Zanolla

29 de Agosto de 2020

Aula 00

APRESENTAÇÃO DO CURSO
LEI N. 6.965/81

Apresentação do Curso.....1

Lei Federal n.º 6.965/81.....4

Questões Comentadas.....20

Questões Propostas.....38

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Oi, amigo(a)! Tudo bem?

Seja muito bem-vindo(a) ao **ESTRATÉGIA CONCURSOS** e ao nosso curso sobre **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO CREFONO.**

Meu nome é **Tiago Zanolla,** Engenheiro de Produção de formação e minha vida no mundo dos concursos públicos começou em 2009, ano em que prestei meus primeiros concursos. Com pouco mais de quatro meses de estudos fui aprovado no concurso do **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Fui nomeado em 2011 e desde então exerço cargo de **Técnico Judiciário Cumpridor de Mandados** na comarca de Cascavel.

Em 2009, logo após finalizar minha graduação, tive uma breve passagem como professor acadêmico. Como professor para concursos públicos, atuo desde 2013 ministrando cursos de legislações específicas de Tribunais, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Conselhos Regionais entre outros.

Você pode conhecê-los no link: http://bit.ly/cursos-zanolla

Juntando tudo isso, em parceria com o Estratégia Concursos, que é referência nacional em concursos públicos, trazemos a você a experiência como servidor público, como professor e como concurseiro. Essa é uma grande vantagem, pois sempre poderei lhes passar a melhor visão, incrementando as aulas

e as respostas às dúvidas com possíveis dicas sobre as provas, as bancas, o modo de agir em dias de provas etc.

Proftiagozanolla

O nosso curso será estruturado da seguinte forma:

- **Mapas mentais, macetes e esquemas**;
- Questões Comentadas;
- Resumos;
- Suporte - Fórum de dúvidas.

Os tópicos que nós trabalharemos são os seguintes:

Legislação específica: Lei nº 6.965/1981; Decreto nº 87.218/1982, Código de Ética da Fonoaudiologia. Resoluções do CFFa nºs 388/2010; 516/2017; 532/2018; 533/2018; 538/2019; 542/2019; 550/2019; 574/2020.

Para melhor compreensão e evolução no conteúdo, nosso curso será ministrado em **5 aulas**, divididos da seguinte forma:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	Apresentação do Curso. Lei n. 6.965/81
Aula 1	Decreto n. 87.218/1982
Aula 2	Código de Ética da Fonoaudiologia
Aula 3	Resolução n. 532/2018
Aula 4	Resolução n. 533/2018. Resolução n. 538/2019. Resolução n. 542/2019
Aula 5	Resolução n. 550/2019. Resolução n. 388/201. Resolução n. 516/17
Aula 6	Resolução n. 574/2020

ATENÇÃO! Não há vídeos neste curso.

Antes de começarmos a estudar, é necessário entender como funciona a cobrança em provas desse conteúdo.

Pois bem, as legislações institucionais (ou específicas) são cobradas na literalidade. Isso quer dizer que, salvo raros momentos, as questões de prova vão cobrar a aplicação ou interpretação dos itens da norma. O examinador vai cobrar o rito, a estrutura, o procedimento e quem faz o que, e não o significado e aprofundamento de cada item.

Portanto, para deixar nossa aula mais objetiva, mais produtiva e menos "enrolativa", não vamos alongar naquilo que é desnecessário para o curso de legislação. Isso seria extremamente contraproducente. Explico. Por mais que eu gostaria de detalhar cada um, seria inútil para fins de concurso público e estaríamos lhe vendendo um curso sem muita utilidade para sua prova.

Assim, vamos trabalhar de forma mais direta, sistematizando as leis e resoluções. Presumo, assim, que nosso curso será mais didático e produtivo.

Por isso, os assuntos serão tratados **ponto a ponto**, com **LINGUAGEM OBJETIVA**, **CLARA, ATUALIZADA** e de **FÁCIL ABSORÇÃO**. Teremos, ainda, **videoaulas** da matéria para que você possa complementar o estudo.

Evitaremos, ao máximo, utilizar linguagem técnica. O objetivo aqui é fazer você acercar as questões de prova!

Pensando nisso, ao escrevermos o presente material, contemplamos, de forma compilada, os pontos mais importantes, sem que ocorra, contudo, a limitação ao texto de lei. **De forma paciente e prazerosa**, comentaremos os princípios basilares da norma e os artigos nele contidos **com maior probabilidade de serem cobrados** em eventuais questões de prova.

Alinhado a isso, é imprescindível a leitura da lei seca, por isso, apresentaremos os itens legais e explicaremos o que é mais importante. Geralmente, transformamos verso (a lei) em prosa (parágrafos). Essa é uma maneira excelente de tornar o estudo agradável e eficiente.

Existem também assuntos que não valem o aprofundamento. Nesses tópicos, passaremos de maneira mais rápida, para que possamos nos aprofundar nos assuntos mais importantes e com maior probabilidade de cair na prova.

Por fim, teremos muitas **questões comentadas.**

A resolução de questões é **uma das técnicas mais eficazes para a absorção do conhecimento** e uma importante ferramenta para sua preparação, pois além de aprender a parte teórica, você aprende a fazer a prova. Quanto mais questões forem feitas, melhor tende a ser o índice de acertos.

Era isso! Mãos à obra!

LEI FEDERAL N.° 6.965/81

Fala, pessoal!

O primeiro passo para estudarmos a Legislação Institucional dos Conselhos é entender como funciona a cobrança em prova.

Pois bem, as legislações institucionais (ou específicas) são cobradas na literalidade. Isso quer dizer que, salvo raros momentos (eu diria que nunca), as questões de prova vão cobrar a aplicação ou interpretação dos itens da norma. O examinador vai cobrar o rito, a estrutura, o procedimento e quem faz o que, e não o significado e aprofundamento de cada item.

Portanto, para deixar nossa aula mais objetiva, mais produtiva e menos "enrolativa", não vamos alongar naquilo que é desnecessário para o curso de legislação. Isso seria extremamente contraproducente. Explico. Por mais que eu gostaria de detalhar cada um, seria inútil para fins de concurso público e estaríamos lhe vendendo um curso sem muita utilidade para sua prova.

Assim, vamos trabalhar de forma mais direta, sistematizando as leis e resoluções. Presumo, assim, que nosso curso será mais didático e produtivo.

Vamos lá?

Inicialmente, qual o objetivo da Lei n. 6.965?

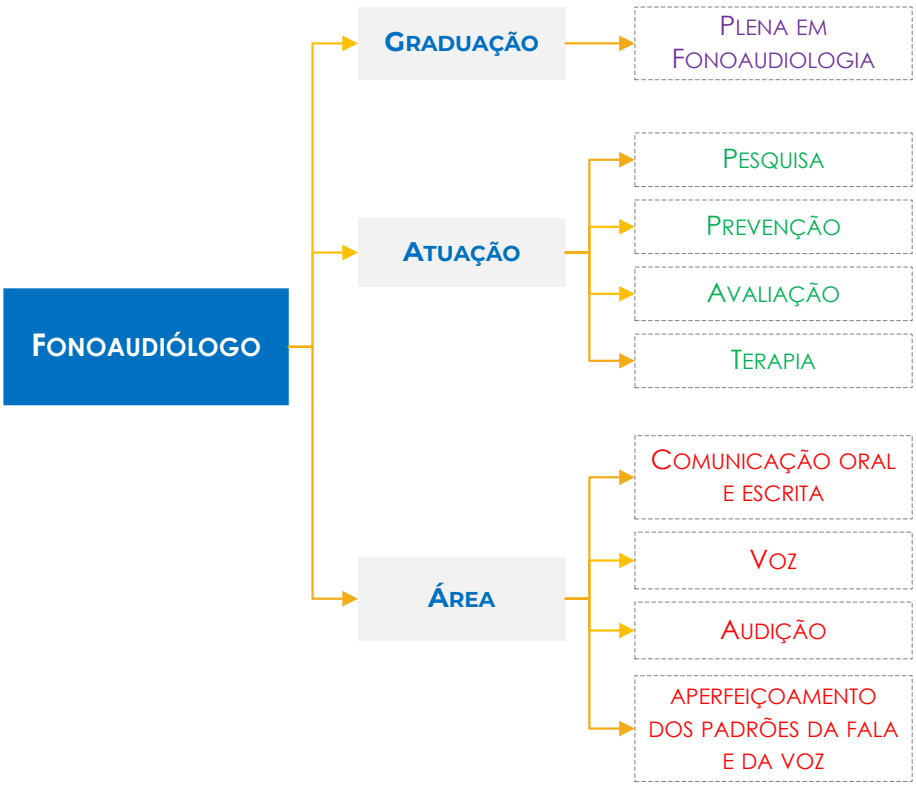
É regular a atividade do **FONOAUDIÓLOGO em todo o território nacional.**

> Art. 1º É reconhecido em todo território nacional o exercício da profissão de Fonoaudiólogo, observados os preceitos da presente Lei.

Mas, quem é exatamente o fonoaudiólogo?

Fonoaudiólogo é o profissional, **com graduação plena em Fonoaudiologia**, que atua em **pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas** na **área da comunicação oral e escrita, voz e audição,** bem como em **aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.**

Esse conceito é extremamente importante, por isso, quero que memorize todos os pontos chave:



Mas, porque é importante?

Porque costuma cair em provas:

1. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item.

De acordo com a Lei n.º 6.965/1981, o fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como no aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

COMENTÁRIO: O fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como no aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

> Art. 1º É reconhecido em todo território nacional o exercício da profissão de Fonoaudiólogo, observados os preceitos da presente Lei.

> Parágrafo único. Fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

Gabarito **CERTO**

E quem pode exercer a profissão?

O **primeiro passo** é falar sobre os cursos de fonoaudiologia, que serão autorizados a funcionar somente em instituições de ensino superior.

> Cabe ao Conselho Federal de Educação elaborará novo currículo mínimo para os cursos de Fonoaudiologia em todo o território nacional.

Mas, não só aqueles "formados" no Brasil a profissão é permitida. Existem outras hipóteses:

> Art. 3º O exercício da profissão de Fonoaudiólogo será assegurado:
>
> a) aos **portadores de diploma** expedido por **curso superior de Fonoaudiologia oficial ou reconhecido**;
>
> b) aos **portadores de diploma** expedido por **curso congênere estrangeiro, revalidado** na forma da legislação vigente;

Só que tem mais uma coisa: Quando a lei foi publicada, ela alterou significativamente o ordenamento jurídico e as regras para o exercício da profissão. Por isso, foi garantido o exercício da profissão a aqueles que já eram habilitados:

> c) aos **portadores de diploma ou certificado** fornecido, até a data da presente Lei, **por cursos enquadrados na Resolução nº 54/76,** do Conselho Federal de Educação, publicada no Diário Oficial da União, de 15 de novembro de 1976:
>
> § 1º Os portadores de diploma ou certificado de conclusão de curso teórico-prático de Fonoaudiologia, sob qualquer de suas denominações - Logopedia, Terapia da Palavra, Terapia da Linguagem e Ortofonia, bem como de Reeducação da Linguagem, ministrado até 1975, por estabelecimento de ensino oficial, terão direito ao registro como Fonoaudiólogo.
>
> § 2º Serão assegurados os direitos previstos no art. 4º aos profissionais que, até a data da presente Lei, tenham comprovadamente exercido cargos ou funções de fonoaudiólogo por prazo não inferior a 5 (cinco) anos.

E se alguém exercer a profissão sem preencher os requisitos?

Vejamos o que diz a legislação:

> Art. 5º O exercício das atividades de Fonoaudiólogo sem observância do disposto nesta Lei configurará o ilícito penal, nos termos da legislação específica.

Nesse caso, devemos recorre a Lei de Contravenções Penais (Lei n. 3.688/1941).

> Art. 47. Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:
>
> Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

O segundo passo é saber que o profissional deve estar inscrito no conselho de classe e quite com as anuidades.

> Art. 18. Para o exercício de qualquer das atividades relacionadas no art. 4º desta Lei, em qualquer modalidade de relação trabalhista ou empregatícia, será exigida, como condição essencial, a apresentação da carteira profissional emitida pelo respectivo Conselho.
>
> Art. 19. O exercício simultâneo, temporário ou definitivo, da profissão, em área de jurisdição de 2 (dois) ou mais Conselhos Regionais, submeterá o profissional de que trata esta Lei às exigências e formalidades estabelecidas pelo Conselho Federal.
>
> Art. 20. O pagamento da anuidade ao Conselho Regional da respectiva jurisdição constitui condição de legitimidade do exercício da profissão.
>
> Parágrafo único. A anuidade será paga até 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro dos profissionais ou das empresas referidas no parágrafo único do art. 17 desta Lei.

A comprovação disso é mediante a carteira profissional.

> Art. 17. O exercício da profissão de que trata a presente Lei, em todo o território nacional, somente é permitido ao portador de carteira profissional expedida por órgãos competentes.
>
> Parágrafo único. É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à Fonoaudiologia, na forma estabelecida em Regulamento.

Atribuições do Fonoaudiólogo

O rol de atribuições não é muito grande, mas é bem explorado em provas.

Falando em provas, devemos ter em mente que esse é sempre o nosso foco: acertar as questões de prova.

Por isso, seria contraproducente comentar e explorar item a item, pois em provas a cobrança também se limita ao texto de lei.

Feita essa explanação, vejamos as atribuições:

> Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:
>
> a) desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;
>
> b) participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;
>
> c) realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição;
>
> d) realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;
>
> e) colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências;
>
> f) projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autarquias e mistas;
>
> g) lecionar teoria e prática fonoaudiológicas;
>
> h) dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos;
>
> i) supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia;
>
> j) assessorar órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, privados ou mistos no campo da Fonoaudiologia;
>
> l) participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;
>
> m) dar parecer fonoaudiológico, na área da comunicação oral e escrita, voz e audição;
>
> n) realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária pelo currículo.
>
> Parágrafo único. Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

2. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

O aperfeiçoamento dos padrões da voz e da fala não está previsto como competência do fonoaudiólogo.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: É uma competência.

> Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:
>
> d) realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;

Gabarito **ERRADO**

3. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

É da competência do fonoaudiólogo participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, da voz e da audição.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: É da competência do fonoaudiólogo participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, da voz e da audição.

> Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:
>
> b) participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;

Gabarito **CERTO**

Dos Conselhos

> Art. 6º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia - CFF e CRF - com a incumbência de fiscalizar o exercício da profissão definida nesta Lei.

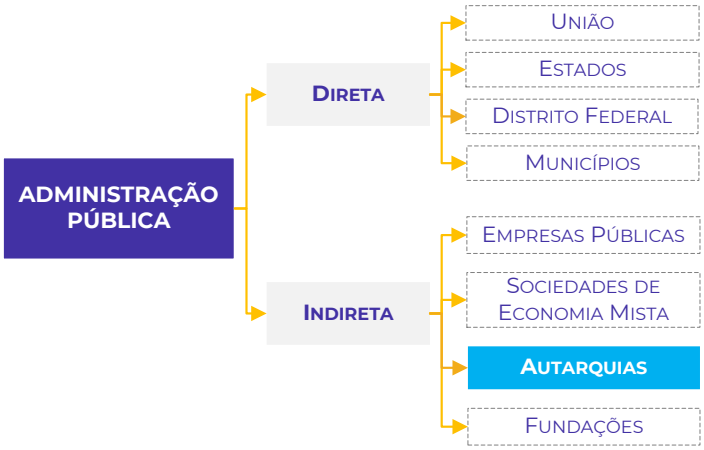
Evidentemente, os Conselhos são parte da Administração Pública, mas os entes federados não têm como prestar essa atividade diretamente, pois é muito específica. Daí que são criadas entidades na Administração Pública Indireta.

Para CARVALHO FILHO,

> A administração direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizadas, das atividades administrativas do Estado. Em outras palavras, significa que a Administração Pública é, ao mesmo tempo, a titular e a executar do serviço público.

> Já a Administração indireta é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.

Assim, precisamos entender em que local da estrutura os Conselhos estão inseridos. Podemos dividir a Administração Pública em administração direta e indireta da seguinte forma:



Não é à toa que autarquias estão em destaque acima. Os Conselhos são classificados como AUTARQUIAS.

- > Art. 6º. § 1º O Conselho Federal e os Regionais a que se refere este artigo constituem, em conjunto, uma **autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho.**

Para entendermos o que é uma Autarquia, precisamos recorrer ao Decreto-Lei n. 200/67:

> Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:
>
> I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para **executar atividades típicas da Administração Pública**, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Nesse sentido, autarquia é uma *pessoa jurídica de **direito público**, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam própria e típicas de estado* (CARVALHO FILHO).

A **natureza jurídica** de direito público ou de direito privado determina diversas características jurídicas especiais, definindo qual o regime jurídico aplicável. Basicamente, se a entidade exerce uma atividade de governo, é de direito público. Se explora atividade econômica, é de direito privado, pois se equipara as empresas particulares.

Ademais, quando criamos um órgão da Administração Indireta, ele deve estar ligado (vinculado) a algum Poder ou Instituição.

Nesse caso, é vinculado à União (Poder Executivo Federal).

Esse "fenômeno" de criar entidades da administração indireta é conhecido como descentralização e ocorre quando o ente político transfere competências no âmbito administrativo de mesmo nível, como por exemplo uma empresa pública. Por isso, para que os conselhos possam executar suas funções forma plena, tem autonomia.

A lei em comento não mencionar, mas o Decreto n. 87.218/82 sim:

> Art . 8º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais constituem, em seu conjunto, uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com **autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério do Trabalho**

A **autonomia administrativa** quer dizer que a entidade tem o poder de se autogovernar, ou seja, praticar atos próprios de gestão.

A **autonomia financeira** tem a ver com a capacidade da entidade em elaborar seu orçamento e gerir os recursos financeiros que lhe são destinados.

ATENÇÃO! Não é porque tem autonomia financeira que pode gastar o quanto e como quiser. Tudo isso tem limite e enseja a prestação de contas.aa

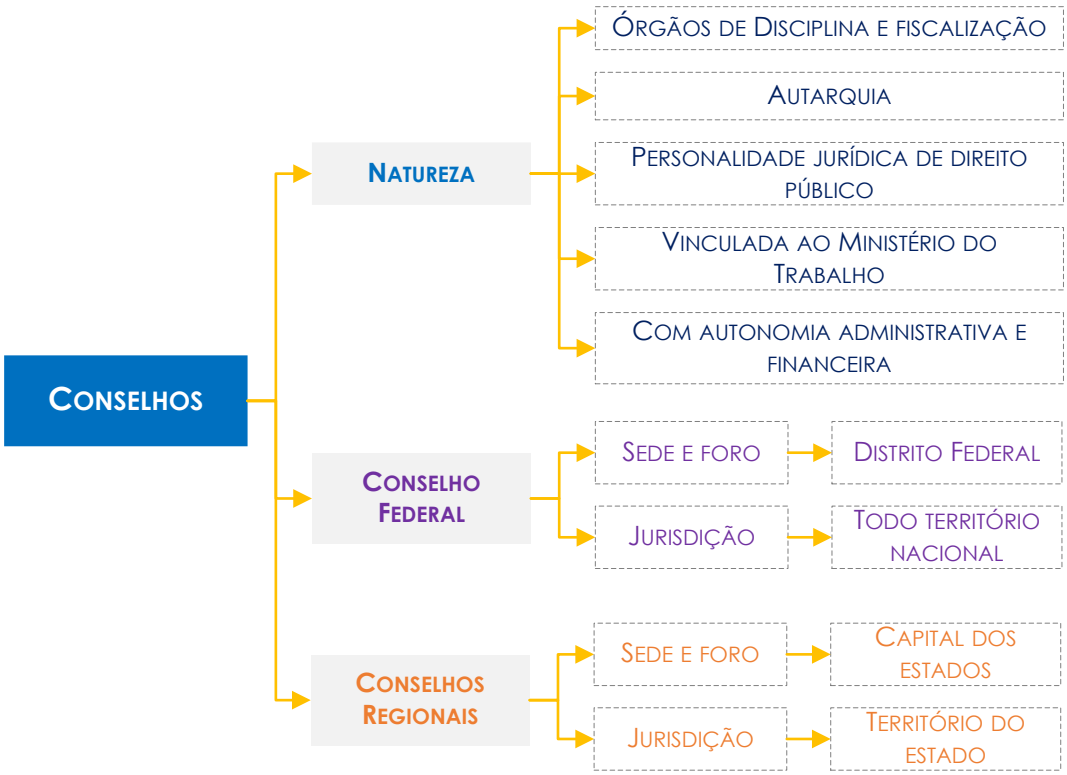
Há um Conselho central, denominado CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA e os conselhos regionais, denominados CONSELHOS REGIONAIS DE FONOAUDIOLOGIA.

O **Conselho Federal tem sede e foro no Distrito Federal** e **jurisdição em todo o País**, e os **Conselhos Regionais terão sede e foro nas Capitais dos Estados, dos Territórios e no Distrito Federal.**

A sede nada mais é do que o prédio principal de uma organização e o seu domicílio contratual. Por exemplo, se pegarmos uma empresa com centenas de unidades no País, espalhada por vários municípios, um deles, é chamado de Matriz, que é o local em que, normalmente, fica a diretoria da empresa. Essa é a sede.

Já Foro, trata da jurisdição em que as ações judiciais devem ser propostas. Por exemplo, eu moro em Cascavel no Paraná. Se eu quiser ingressar com uma ação contra o conselho federal, ele tem que ser citado na sua sede, ou seja, em Brasília.

Vamos anotar os pontos principais até aqui:



O **Conselho Federal é constituído de 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes**, eleitos, com mandato de 3 (três) anos, por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

O Colégio Eleitoral convocado para a composição do Conselho Federal reunir-se-á, preliminarmente, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando as eleições 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

Os **membros dos Conselhos Regionais e os respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos,** serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais inscritos no Conselho, aplicando-se pena de multa, em importância não excedente ao valor da anuidade, ao que deixar de votar sem causa justificada.

E quantos membros tem? A lei não diz expressamente, mas informa que os regionais serão organizados da mesma forma do federal, ou seja, também vai ter 10 membros.

> Art . 10. O Conselho Federal de Fonoaudiologia compõe-se de 10 (dez) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Art . 12. Os Conselhos Regionais serão organizados, em princípio, nos moldes do Conselho Federal.

E para ser conselheiro tem que preencher alguns requisitos?

O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:

- Requisitos para ser conselheiro
  - I - cidadania brasileira;
  - II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
  - III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;
  - IV - inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

Mas ser conselheiro não são apenas flores também.

A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá em virtude de:

- Hipóteses de perda de mandato
  - I - renúncia;
  - II - superveniência de causa de que resulte a inabilitação para o exercício da profissão;
  - III - condenação à pena superior a 2 (dois) anos, em face de sentença transitada em julgado;
  - IV - destituição de cargo, função ou emprego, relacionados à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada, em face de sentença transitada em julgado;
  - V - conduta incompatível com a dignidade do órgão ou falta de decoro;
  - VI - ausência, sem motivo justificado, a 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas, em cada ano.

4. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

O Conselho Federal será constituído de dez membros efetivos e suplentes, com mandato de três anos, facultada a reeleição para um mandato.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: O **Conselho Federal será constituído de dez membros efetivos e suplentes, com mandato de três anos, facultada a reeleição para um mandato.**

> Art. 7º O Conselho Federal será constituído de 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela forma estabelecida nesta Lei.
>
> § 1º Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

Gabarito CERTO

5. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.
O Conselho Federal será constituído de dez membros efetivos e seus respectivos suplentes, com mandato de três anos, facultada a reeleição para um mandato.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

> Art. 7º O Conselho Federal será constituído de 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela forma estabelecida nesta Lei.
>
> § 1º Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

Gabarito CERTO

6. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

A inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional é uma condição básica para o exercício do mandato de membro do Conselho Regional.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: A inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional é uma condição básica para o exercício do mandato de membro do Conselho Regional.

> Art. 8º Os membros dos Conselhos Regionais e os respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais inscritos no Conselho, aplicando-se pena de multa, em importância não excedente ao valor da anuidade, ao que deixar de votar sem causa justificada.
>
> Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:
>
> I - cidadania brasileira;
>
> II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
>
> III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;
>
> IV - inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

Gabarito **CERTO**

ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS

Acredito que neste ponto a melhor coisa a ser feita é não confundir as atribuições do Conselho Federal com as dos conselhos regionais.

CONSELHO REGIONAL	CONSELHO FEDERAL
I - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o seu Vice-Presidente;	I - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;
II - elaborar a proposta de seu Regimento, bem como as alterações, submetendo-as à aprovação do Conselho Federal;	II - exercer função normativa, baixar atos necessários à interpretação e execução do disposto na Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981 e neste Regulamento, e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais;
IIII - julgar e decidir em grau de recurso, os processos de infração à Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, a este Regulamento e ao Código de Ética;	III - supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

IV - agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades, nos assuntos relacionados com a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981;	IV - organizar, propor instalação, orientar e inspecionar os Conselhos Regionais, fixar-lhes jurisdição e examinar suas prestações de contas, neles intervindo desde que indispensável restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou à garantia da efetividade ou princípio da hierarquia institucional;
V - deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo;	V - elaborar e aprovar seu Regimento, ad referendum do Ministro do Trabalho;
VI - expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados, de acordo com o currículo efetivamente realizado;	VI - examinar e aprovar os Regimentos dos Conselhos Regionais, modificando o que se fizer necessário para assegurar unidade de orientação e uniformidade de ação;
VII - organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981 , se inscrevam para exercer atividades de Fonoaudiologia na Região;	VII - conhecer e dirimir dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e prestar-lhes assistência técnica permanente;
VIII - publicar relatórios de seus trabalhos e relação de profissionais e firmas registradas;	VIII - apreciar e julgar os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
IX - estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem;	IX - fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados;
X - fiscalizar o exercício profissional na área da sua jurisdição, representando, inclusive, ás autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;	X - aprovar sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais, bem como operações referentes a mutações patrimoniais;
XI - cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981 , deste Regulamento, das Resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;	XI - dispor, com a participação de todos os Conselhos Regionais, sobre o Código de Ética Profissional, funcionando como Conselho Superior de Ética Profissional;
XII - funcionar como Conselhos Regionais de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhes forem submetidos;	XII - estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom nome dos que a exercem;
XIII - julgar as infrações e aplicar as penalidades previstas na Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981 e em normas complementares do Conselho Federal;	XIII - instituir o modelo de carteiras e cartões de identidade profissional;
XIV - propor ao Conselho Federal as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e de sistema de fiscalização do exercício profissional;	XIV - autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;
XV - aprovar a proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e as operações referentes a mutações patrimoniais;	XV - emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas a que esteja obrigado;
XVI - autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;	XVI - publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária e o relatório de suas atividades.
XVII - arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar as medidas destinadas à efetivação de sua receita, destacando e entregando ao	

Conselho Federal as importâncias referentes à sua participação legal;	
XVIII - promover, perante o juízo competente, a cobrança das anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável;	
XIX - emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado;	
XX - publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária e o relatório de suas atividades.	

Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais incumbe a administração e representação legal dos mesmos, facultando-se-lhes suspender o cumprimento de qualquer deliberação de seu Plenário que lhes pareça inconveniente ou contrária aos interesses da instituição, submetendo essa decisão à autoridade competente do Ministério do Trabalho ou ao Conselho Federal, respectivamente.

RENDAS DOS CONSELHOS

A forma de "renda" dos Conselhos é interessante:

CONSELHO REGIONAL	CONSELHO FEDERAL
80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas	20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional
legados, doações e subvenções	legados, doações e subvenções
rendas patrimoniais	rendas patrimoniais

A renda dos Conselhos Federais e Regionais só poderá ser aplicada na organização e funcionamento de serviços úteis à fiscalização do exercício profissional, bem como em serviços de caráter assistencial, quando solicitados pelas Entidades Sindicais.

INFRAÇÃO DISCIPLINAR

Nem tudo são flores na vida do fonoaudiólogo.

A presente lei enumera condutas que o profissional deve se abster de praticá-las.

> Art. 21. Constituem infração disciplinar:

I - transgredir preceito do Código de Ética Profissional;

II - exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não-registrados ou aos leigos;

III - violar sigilo profissional;

IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - não cumprir, no prazo assinalado, determinação emanada de órgãos ou autoridade do Conselho Regional, em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

VI - deixar de pagar, pontualmente, ao Conselho Regional as contribuições a que está obrigado;

VII - faltar a qualquer dever profissional prescrito nesta Lei;

VIII - manter conduta incompatível com o exercício da profissão.

Parágrafo único. As faltas serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso

Caso seja enquadrado em alguma delas, está sujeito às seguintes penalidades:

Art. 22. As penas disciplinares consistem em:

I - advertência;

II - repreensão;

III - multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor da anuidade;

IV - suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 7º deste artigo;

V - cancelamento do registro profissional.

§ 3º As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas pela instância própria, em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, a não ser em caso de reincidência.

A aplicação, em regra, vai obedecer a essa gradação, exceto nos casos graves ou reincidentes.

§ 1º Salvo nos casos de gravidade manifesta ou reincidência, a imposição das penalidades obedecerá à gradação deste artigo, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Federal para disciplina do processo de julgamento das infrações.

Também será observado a **DOSIMETRIA**, ou seja, na fixação da pena serão considerados os antecedentes profissionais do infrator, o seu grau de culpa, as circunstâncias atenuantes e agravantes e as consequências da infração.

Da imposição de qualquer penalidade **cabe recurso**, com efeito suspensivo, à instância imediatamente superior.

OBS: O efeito suspensivo suspende a aplicação da penalidade até julgamento da instância superior.

VOLUNTÁRIO	no prazo de 30 dias a contar da ciência da decisão
EX OFFICIO (necessário) nos casos de suspensão ou cancelamento	no prazo de 30 dias a contar da decisão.

Além disso, é lícito ao profissional punido requerer, à instância superior, revisão do processo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da punição.

Outra coisa importante: As instâncias recorridas poderão reconsiderar suas próprias decisões (isso significa que o conselho regional ou federal pode mudar o próprio julgamento).

Por fim:

§ 5º As denúncias somente serão recebidas quando assinadas, declinada a qualificação do denunciante e acompanhadas da indicação dos elementos comprobatórios do alegado.

§ 6º A suspensão por falta de pagamento de anuidades, taxas ou multas só cessará com a satisfação da dívida, podendo ser cancelado o registro profissional se, após decorridos 3 (três) anos, não for o débito resgatado.

Art. 23. O pagamento da anuidade fora do prazo sujeitará o devedor à multa prevista no Regulamento.

Art. 24. A exigência da Carteira Profissional de que trata o art. 18 desta Lei somente será efetiva a partir de 180 (cento e oitenta) dias, contados da instalação do respectivo Conselho Regional.

Art. 25. O primeiro Conselho Federal será constituído pelo Ministro do Trabalho.

Art. 26. Os Conselhos Regionais serão instalados desde que agrupem um número suficiente de profissionais, capaz de garantir sua normalidade administrativa, a critério e por ato do Ministro do Trabalho.

QUESTÕES COMENTADAS

7. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) Assinale a alternativa que contraria o disposto pela Lei nº 6.965:

a) Fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

b) O exercício da profissão de fonoaudiólogo será assegurado aos portadores de diploma expedido por curso superior de Fonoaudiologia oficial ou reconhecido.

c) É da competência do fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição.

d) Ao fonoaudiólogo é proibido o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, mesmo quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

e) É da competência do fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição.

COMENTÁRIO: Ao Fonoaudiólogo é **permitido**, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

> Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:
>
> Parágrafo único. Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

Gabarito **LETRA D.**

8. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) Compete aos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, de acordo com a Lei nº 6.965:

a) Exercer função normativa, baixar atos necessários à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais.

b) Supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o Território Nacional.

c) Expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados, de acordo com o currículo efetivamente realizado.

d) Fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados.

e) Apreciar e julgar os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais.

COMENTÁRIO: Compete aos Conselhos Regionais, expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados, de acordo com o currículo efetivamente realizado;

> Art. 12. Compete aos Conselhos Regionais:
>
> VI - expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados, de acordo com o currículo efetivamente realizado;

Gabarito **LETRA C**

9. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) Considere as ações a seguir.

I. Exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não registrados ou aos leigos.

II. Violar sigilo profissional.

III. Praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção.

Pode-se afirmar que, de acordo com a Lei nº 6.965, constituem infrações disciplinares:

a) somente I e II.

b) somente I e III.

c) somente II e III.

d) todas.

e) nenhuma.

COMENTÁRIO: Questão aborda a literalidade da lei.

> Art. 21. Constituem infração disciplinar:
>
> I - transgredir preceito do Código de Ética Profissional;
>
> II - exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não-registrados ou aos leigos;
>
> III - violar sigilo profissional;
>
> IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - não cumprir, no prazo assinalado, determinação emanada de órgãos ou autoridade do Conselho Regional, em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

VI - deixar de pagar, pontualmente, ao Conselho Regional as contribuições a que está obrigado;

VII - faltar a qualquer dever profissional prescrito nesta Lei;

VIII - manter conduta incompatível com o exercício da profissão.

Parágrafo único. As faltas serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Gabarito **LETRA D**

10. (CREFONO-5° Região) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item .
É de competência dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia a fixação do valor das anuidades, das taxas, dos emolumentos e das multas devidos pelos profissionais e pelas empresas.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Porque compete ao Conselho Federal.

Art. 10. Compete ao Conselho Federal:

IX - fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados;

Gabarito **ERRADO**

11. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item. É de competência dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia a fixação do valor das anuidades, das taxas, dos emolumentos e das multas devidos pelos profissionais e pelas empresas.:

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Porque compete ao Conselho Federal.

Art. 10. Compete ao Conselho Federal:

IX - fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados;

Gabarito **ERRADO**

12. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais constituem, em conjunto, uma autarquia federal.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: O Conselho Federal e os Regionais a que se refere este artigo constituem, em conjunto, uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho.

> Art. 6º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia - CFF e CRF - com a incumbência de fiscalizar o exercício da profissão definida nesta Lei.
>
> § 1º O Conselho Federal e os Regionais a que se refere este artigo constituem, em conjunto, uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho.

Gabarito **CERTO**

13. (CREFONO-5° Região) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item .
A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.

> Art. 15. Constituem renda dos Conselhos Regionais:
>
> I - 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;
>
> II - legados, doações e subvenções;
>
> III - rendas patrimoniais.

Gabarito **CERTO**

14. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item. As penas disciplinares previstas na lei que regulamenta a profissão de fonoaudiólogo consistem, primeiramente, em advertência ou repreensão. No caso de reincidência, o profissional terá a suspensão do exercício profissional pelo prazo de até três anos ou o cancelamento do registro profissional.:

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Pode aplicar a advertência ou repreensão no caso de reincidência, única regra é de que necessita constar dos assentamentos do profissional punido.

> Art. 22. As penas disciplinares consistem em:
>
> I - advertência;
>
> II - repreensão;
>
> III - multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor da anuidade;
>
> IV - suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 7º deste artigo;
>
> V - cancelamento do registro profissional.
>
> § 1º Salvo nos casos de gravidade manifesta ou reincidência, a imposição das penalidades obedecerá à gradação deste artigo, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Federal para disciplina do processo de julgamento das infrações.
>
> § 3º As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas pela instância própria, em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, a não ser em caso de reincidência.

Gabarito **ERRADO**

15. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item.

A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que

20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.

> Art. 15. Constituem renda dos Conselhos Regionais:
>
> I - 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;
>
> II - legados, doações e subvenções;
>
> III - rendas patrimoniais

Gabarito **CERTO**

16. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

É facultativo o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à fonoaudiologia.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à Fonoaudiologia, na forma estabelecida em Regulamento.

> Art. 17. O exercício da profissão de que trata a presente Lei, em todo o território nacional, somente é permitido ao portador de carteira profissional expedida por órgãos competentes.
>
> Parágrafo único. É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à Fonoaudiologia, na forma estabelecida em Regulamento.

Gabarito **ERRADO**

17. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Constituem renda dos Conselhos Regionais 50% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Constituem renda dos Conselhos Regionais, **80% (oitenta por cento)** do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas

> Art. 15. Constituem renda dos Conselhos Regionais:
>
> I - 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;
>
> II - legados, doações e subvenções;
>
> III - rendas patrimoniais.

Gabarito: **ERRADO**

18. (CREFONO-5° Região) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981.

Acerca desses dois conteúdos, julgue o item .
Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia serão de três anos, podendo haver a reeleição para mais um mandato. No Conselho Federal, as eleições são realizadas por meio de um Colégio Eleitoral constituído por um representante de cada Conselho Regional.:

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

> Art. 7º O Conselho Federal será constituído de 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela forma estabelecida nesta Lei.
>
> § 1º Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

Gabarito **CERTO**

19. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º

87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item.

Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia serão de três anos, podendo haver a reeleição para mais um mandato. No Conselho Federal, as eleições são realizadas por meio de um Colégio Eleitoral constituído por um representante de cada Conselho Regional.:

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

> Art. 7º O Conselho Federal será constituído de 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela forma estabelecida nesta Lei.
>
> § 1º Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado de um representante de cada Conselho Regional por este eleito em reunião especialmente convocada, facultada a reeleição para um mandato.

Gabarito **CERTO**

20. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. Compete aos Conselhos Regionais eleger, entre seus membros, por maioria relativa, o presidente e o vice-presidente:

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Compete ao Conselho Federal.

> Art. 10. Compete ao Conselho Federal:
>
> I - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;

Gabarito **ERRADO**

21. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Compete ao Conselho Federal expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Compete aos Conselhos Regionais.

> Art. 12. Compete aos Conselhos Regionais:
>
> VI - expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados, de acordo com o currículo efetivamente realizado;

Gabarito **ERRADO**

22. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

É infração disciplinar praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: É infração disciplinar praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção.

> Art. 21. Constituem infração disciplinar:
>
> IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

Gabarito **CERTO**

23. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Da imposição de qualquer penalidade sempre caberá recurso, voluntário ou de ofício, sem efeito suspensivo, à instância imediatamente superior.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso, com efeito suspensivo, à instância imediatamente superior:

> Art. 22. As penas disciplinares consistem em:
>
> § 4º Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso, com efeito suspensivo, à instância imediatamente superior:
>
> a) voluntário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão;

> b) ex officio, nas hipóteses dos incisos IV e V deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Gabarito **ERRADO**

24. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Constitui renda do Conselho Federal 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Constitui renda do Conselho Federal 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional.

> Art. 14. Constituem renda do Conselho Federal:
>
> I - 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional;
>
> II - legados, doações e subvenções;
>
> III - rendas patrimoniais.

Gabarito **CERTO**

25. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. Do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas, 20% constitui renda do Conselho Federal e 80% do Conselho Regional.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas, 20% constitui renda do Conselho Federal e 80% do Conselho Regional.

> Art. 14. Constituem renda do Conselho Federal:
>
> I - 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional;

Gabarito **CERTO**

26. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. O fonoaudiólogo não pode realizar técnicas psicomotoras destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, devendo compor, nesses casos, equipe multidisciplinar.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

> Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:
>
> Parágrafo único. Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

Gabarito **ERRADO**

27. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Ao fonoaudiólogo é permitido o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

> Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:
>
> Parágrafo único. Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

Gabarito **CERTO**

28. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá em virtude de condenação à pena de reclusão.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO:

> Art. 9º A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá em virtude de:
>
> I - renúncia;
>
> II - superveniência de causa de que resulte a inabilitação para o exercício da profissão;
>
> III - condenação à pena superior a 2 (dois) anos, em face de sentença transitada em julgado;
>
> IV - destituição de cargo, função ou emprego, relacionados à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada, em face de sentença transitada em julgado;
>
> V - conduta incompatível com a dignidade do órgão ou falta de decoro;
>
> VI - ausência, sem motivo justificado, a 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas, em cada ano.

Gabarito **ERRADO**

29. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Aplica-se pena de multa, no valor de duas anuidades, ao profissional inscrito no Conselho que deixar de votar sem causa justificada na eleição dos membros.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Os membros dos Conselhos Regionais e os respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais inscritos no Conselho, aplicando-se pena de multa, em importância não excedente ao valor da anuidade, ao que deixar de votar sem causa justificada.

> Art. 8º Os membros dos Conselhos Regionais e os respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais inscritos no Conselho, aplicando-se pena de multa, em importância não excedente ao valor da anuidade, ao que deixar de votar sem causa justificada.

Gabarito **ERRADO**

30. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, a não ser em caso de reincidência.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, a não ser em caso de reincidência.

Gabarito **CERTO**

> Art. 22. As penas disciplinares consistem em:
>
> I - advertência;
>
> II - repreensão;
>
> III - multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor da anuidade;
>
> IV - suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 7º deste artigo;
>
> V - cancelamento do registro profissional.
>
> § 3º As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas pela instância própria, em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, a não ser em caso de reincidência.

31. (IADES - 2018 - SES-DF - Fonoaudiólogo) A profissão fonoaudiólogo é regulamentada pela Lei no 6.965/1981, que define as competências desse profissional, e tem os respectivos deveres e direitos relativos à prática profissional descritos no Código de Ética. Quanto ao exposto, assinale a alternativa correta.

a) É permitido assinar exames executados por outro profissional, desde que este seja devidamente cadastrado em conselho profissional na área de saúde.

b) É dever do fonoaudiólogo utilizar o próprio nome com o número de registro no conselho da respectiva região, em qualquer procedimento fonoaudiológico, podendo estar acompanhado da assinatura do profissional.

c) É permitido ao fonoaudiólogo avaliar, reabilitar ou aprimorar aspectos relacionados à comunicação humana.

d) O fonoaudiólogo não pode prescrever exames ou avaliações, mesmo quando relacionados à respectiva área de atuação.

e) A empresa é a única responsável pela manutenção e calibração dos equipamentos utilizados em procedimentos fonoaudiológicos.

COMENTÁRIO: É permitido ao fonoaudiólogo avaliar, reabilitar ou aprimorar aspectos relacionados à comunicação humana.

> Art. 1º É reconhecido em todo território nacional o exercício da profissão de Fonoaudiólogo, observados os preceitos da presente Lei.
>
> Parágrafo único. Fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

Gabarito **Letra C.**

32. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia constituem autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e vinculada ao Ministério da Saúde.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: O Conselho Federal e os Regionais a que se refere este artigo constituem, em conjunto, uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho.

> Art. 6º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia - CFF e CRF - com a incumbência de fiscalizar o exercício da profissão definida nesta Lei.
>
> § 1º O Conselho Federal e os Regionais a que se refere este artigo constituem, em conjunto, uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho.

Gabarito **ERRADO**

33. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) O Código de Processo Disciplinar (CPD) está em sua quarta edição, publicada em 2017, e estabelece procedimentos para a apuração de faltas disciplinares e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982, ao Código de Ética da Fonoaudiologia e às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Quanto a esse tema, julgue o item.

Os processos administrativos disciplinares podem ser classificados em processos éticos e processos administrativos de fiscalização. Este último apura faltas e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982 ou às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia cometidas por pessoa física não inscrita e por pessoa jurídica, inscrita ou não inscrita.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: Os processos administrativos disciplinares podem ser classificados em processos éticos e processos administrativos de fiscalização. Este último apura faltas e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982 ou às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia cometidas por pessoa física não inscrita e por pessoa jurídica, inscrita ou não inscrita.

Gabarito **CERTO**

34. (**BIO-RIO - 2015 - IF-RJ - Fonoaudiólogo**) **A Fonoaudiologia é a profissão regulamentada pela Lei no 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto no 87.218, de 31 de maio de 1982. Art. 4º. Uma das responsabilidades do fonoaudiólogo em relação aos clientes é:**

a) elaborar, fornecer relatório, resultado de exame, parecer e laudo fonoaudiológico, quando solicitado.

b) iniciar tratamento de incapazes, sem autorização de seus representantes legais.

c) utilizar técnicas ou materiais no tratamento que não tenham eficácia comprovada.

d) emitir parecer, laudo ou relatório que não correspondam à veracidade dos fatos ou dos quais não tenha participado.

e) usar a profissão para corromper, lesar ou alterar a personalidade e/ou a integridade física e/ou psíquica dos clientes ou ser conivente com esta prática.

COMENTÁRIO: Embora a questão esteja abarcada mais no Decreto 87.218, valer ressaltar que de modo subjetivo e um requisito intrínseco na Lei 6.965, que apresenta responsabilidade ao fonoaudiólogo, e uma delas é elaborar, fornecer relatório, resultado de exame, parecer e laudo fonoaudiológico, quando solicitado.

Gabarito **Letra A**

35. (**Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo**) **De acordo com a Lei nº 6.965, o exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições, exceto:**

a) Cidadania brasileira.

b) Idade mínima de 21 anos.

c) Habilitação profissional na forma da legislação em vigor.

d) Pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos.

e) Inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

COMENTÁRIO: No artigo não há a condição básica idade mínima de 21 anos.

> Art. 8º Os membros dos Conselhos Regionais e os respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais inscritos no Conselho, aplicando-se pena de multa, em importância não excedente ao valor da anuidade, ao que deixar de votar sem causa justificada.
>
> Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:
>
> I - cidadania brasileira;
>
> II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
>
> III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;
>
> IV - inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

Gabarito **Letra B**

36. (CFFA-2013) De acordo com a Lei Federal nº 6.965/81, o exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas, EXCETO:

a) Cidadania brasileira.

b) Pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos.

c) Habilitação profissional na forma da legislação em vigor.

d) Inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

e) Declaração de idoneidade moral afirmada por duas autoridades públicas.

COMENTÁRIO: No artigo não há a condição básica Declaração de idoneidade moral afirmada por duas autoridades públicas.

> Art. 8º Os membros dos Conselhos Regionais e os respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através do voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais

> inscritos no Conselho, aplicando-se pena de multa, em importância não excedente ao valor da anuidade, ao que deixar de votar sem causa justificada.
>
> Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:
>
> I - cidadania brasileira;
>
> II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
>
> III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;
>
> IV - inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

Gabarito **LETRA E**

37. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item:

A seus presidentes incumbe a administração e a representação legal dos Conselhos Regionais, facultando-lhes suspender o cumprimento de deliberação de seu Plenário que lhes pareça inconveniente ou contrária aos interesses da instituição e submeter essa decisão à autoridade competente.

( ) Certo.
( ) Errado.

COMENTÁRIO: Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais incumbe a administração e representação legal dos mesmos, facultando-se-lhes suspender o cumprimento de qualquer deliberação de seu Plenário que lhes pareça inconveniente ou contrária aos interesses da instituição, submetendo essa decisão à autoridade competente do Ministério do Trabalho ou ao Conselho Federal, respectivamente.

> Art. 13. Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais incumbe a administração e representação legal dos mesmos, facultando-se-lhes suspender o cumprimento de qualquer deliberação de seu Plenário que lhes pareça inconveniente ou contrária aos interesses da instituição, submetendo essa decisão à autoridade competente do Ministério do Trabalho ou ao Conselho Federal, respectivamente.

Gabarito **CERTO**

38. (SEMAD-SÃO LUIS) Com a regulamentação da profissão pela Lei n.o 6.965/1981, a escola passou a ser um espaço de atuação definido legalmente para o profissional da fonoaudiologia. Acerca da atuação do fonoaudiólogo e das importantes atividades desenvolvidas por esse profissional inserido no contexto educacional, julgue o item subsequente.

O diagnóstico institucional, realizado pelo fonoaudiólogo educacional, consiste em conhecer as características da instituição local e suas necessidades, a fim de que seja elaborado um projeto condizente com a realidade.

( ) Certo.

( ) Errado.

COMENTÁRIO: O diagnóstico institucional, realizado pelo fonoaudiólogo educacional, consiste em conhecer as características da instituição local e suas necessidades, a fim de que seja elaborado um projeto condizente com a realidade.:

Art. 4º É da competência do Fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica:

a) desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;

b) participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;

c) realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição;

d) realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;

e) colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências;

f) projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquias e mistas;

g) lecionar teoria e prática fonoaudiológicas;

h) dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos;

i) supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia;

j) assessorar órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, privados ou mistos no campo da Fonoaudiologia;

l) participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;

m) dar parecer fonoaudiológico, na área da comunicação oral e escrita, voz e audição;

n) realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária pelo currículo.

Parágrafo único. Ao Fonoaudiólogo é permitido, ainda, o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

Gabarito CERTO

QUESTÕES PROPOSTAS

1. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item.

De acordo com a Lei n.º 6.965/1981, o fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como no aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

( ) Certo.

( ) Errado.

2. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

O aperfeiçoamento dos padrões da voz e da fala não está previsto como competência do fonoaudiólogo.

( ) Certo.

( ) Errado.

3. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

É da competência do fonoaudiólogo participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, da voz e da audição.

( ) Certo.

( ) Errado.

4. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

O Conselho Federal será constituído de dez membros efetivos e suplentes, com mandato de três anos, facultada a reeleição para um mandato.

( ) Certo.

( ) Errado.

5. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. O Conselho Federal será constituído de dez membros efetivos e seus respectivos suplentes, com mandato de três anos, facultada a reeleição para um mandato.

( ) Certo.

( ) Errado.

6. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

A inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional é uma condição básica para o exercício do mandato de membro do Conselho Regional.

( ) Certo.

( ) Errado.

7. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) Assinale a alternativa que contraria o disposto pela Lei nº 6.965:

a) Fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.

b) O exercício da profissão de fonoaudiólogo será assegurado aos portadores de diploma expedido por curso superior de Fonoaudiologia oficial ou reconhecido.

c) É da competência do fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição.

d) Ao fonoaudiólogo é proibido o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, mesmo quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado.

e) É da competência do fonoaudiólogo e de profissionais habilitados na forma da legislação específica participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição.

8. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) Compete aos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, de acordo com a Lei nº 6.965:

a) Exercer função normativa, baixar atos necessários à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais.

b) Supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o Território Nacional.

c) Expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados, de acordo com o currículo efetivamente realizado.

d) Fixar o valor das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidos pelos profissionais e empresas aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados.

e) Apreciar e julgar os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais.

9. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) Considere as ações a seguir.

I. Exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não registrados ou aos leigos.

II. Violar sigilo profissional.

III. Praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção.

Pode-se afirmar que, de acordo com a Lei nº 6.965, constituem infrações disciplinares:

a) somente I e II.

b) somente I e III.

c) somente II e III.

d) todas.

e) nenhuma.

10. (CREFONO-5° Região) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item .

É de competência dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia a fixação do valor das anuidades, das taxas, dos emolumentos e das multas devidos pelos profissionais e pelas empresas.

( ) Certo.

( ) Errado.

11. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item. É de competência dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia a fixação do valor das anuidades, das taxas, dos emolumentos e das multas devidos pelos profissionais e pelas empresas.:

( ) Certo.

( ) Errado.

12. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais constituem, em conjunto, uma autarquia federal.

( ) Certo.

( ) Errado.

13. (CREFONO-5° Região) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item .
A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.

( ) Certo.

( ) Errado.

14. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item. As penas disciplinares previstas na lei que regulamenta a profissão de fonoaudiólogo consistem, primeiramente, em advertência ou repreensão. No caso de reincidência, o profissional terá a suspensão do exercício profissional pelo prazo de até três anos ou o cancelamento do registro profissional.:

( ) Certo.

( ) Errado.

15. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item.

A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.

( ) Certo.

( ) Errado.

16. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

É facultativo o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à fonoaudiologia.

( ) Certo.

( ) Errado.

17. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Constituem renda dos Conselhos Regionais 50% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas.

( ) Certo.

( ) Errado.

18. (CREFONO-5° Região) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981.

Acerca desses dois conteúdos, julgue o item .
Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia serão de três anos, podendo haver a reeleição para mais um mandato. No Conselho Federal, as eleições são realizadas por meio de um Colégio Eleitoral constituído por um representante de cada Conselho Regional.:

( ) Certo.

( ) Errado.

19. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue o item.

Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia serão de três anos, podendo haver a reeleição para mais um mandato. No Conselho Federal, as eleições são realizadas por meio de um Colégio Eleitoral constituído por um representante de cada Conselho Regional.:

( ) Certo.

( ) Errado.

20. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. Compete aos Conselhos Regionais eleger, entre seus membros, por maioria relativa, o presidente e o vice-presidente:

( ) Certo.

( ) Errado.

21. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Compete ao Conselho Federal expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados.

( ) Certo.

( ) Errado.

22. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

É infração disciplinar praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção.

( ) Certo.

( ) Errado.

23. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Da imposição de qualquer penalidade sempre caberá recurso, voluntário ou de ofício, sem efeito suspensivo, à instância imediatamente superior.

( ) Certo.

( ) Errado.

24. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Constitui renda do Conselho Federal 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas de cada Conselho Regional.

( ) Certo.

( ) Errado.

25. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. Do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas, 20% constitui renda do Conselho Federal e 80% do Conselho Regional.

( ) Certo.

( ) Errado.

26. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. O fonoaudiólogo não pode realizar técnicas psicomotoras destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, devendo compor, nesses casos, equipe multidisciplinar.

( ) Certo.

( ) Errado.

27. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Auxiliar Administrativo) Conforme a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Ao fonoaudiólogo é permitido o exercício de atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem.

( ) Certo.

( ) Errado.

28. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá em virtude de condenação à pena de reclusão.

( ) Certo.

( ) Errado.

29. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

Aplica-se pena de multa, no valor de duas anuidades, ao profissional inscrito no Conselho que deixar de votar sem causa justificada na eleição dos membros.

( ) Certo.

( ) Errado.

30. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Assistente Administrativo) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item.

As penas de advertência, repreensão e multa serão comunicadas em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do profissional punido, a não ser em caso de reincidência.

( ) Certo.

( ) Errado.

31. (IADES - 2018 - SES-DF - Fonoaudiólogo) A profissão fonoaudiólogo é regulamentada pela Lei no 6.965/1981, que define as competências desse profissional, e tem os respectivos deveres e direitos relativos à prática profissional descritos no Código de Ética. Quanto ao exposto, assinale a alternativa correta.

a) É permitido assinar exames executados por outro profissional, desde que este seja devidamente cadastrado em conselho profissional na área de saúde.

b) É dever do fonoaudiólogo utilizar o próprio nome com o número de registro no conselho da respectiva região, em qualquer procedimento fonoaudiológico, podendo estar acompanhado da assinatura do profissional.

c) É permitido ao fonoaudiólogo avaliar, reabilitar ou aprimorar aspectos relacionados à comunicação humana.

d) O fonoaudiólogo não pode prescrever exames ou avaliações, mesmo quando relacionados à respectiva área de atuação.

e) A empresa é a única responsável pela manutenção e calibração dos equipamentos utilizados em procedimentos fonoaudiológicos.

32. (Quadrix - 2019 - CREFONO - 9ª Região - Fiscal) Segundo a Lei n.º 6.965/1981, julgue o item. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia constituem autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e vinculada ao Ministério da Saúde.

( ) Certo.

( ) Errado.

33. (Quadrix - 2020 - CREFONO-5° Região - Fonoaudiólogo Fiscal) O Código de Processo Disciplinar (CPD) está em sua quarta edição, publicada em 2017, e estabelece procedimentos para a apuração de faltas disciplinares e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982, ao Código de Ética da Fonoaudiologia e às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Quanto a esse tema, julgue o item.

Os processos administrativos disciplinares podem ser classificados em processos éticos e processos administrativos de fiscalização. Este último apura faltas e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982 ou às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia cometidas por pessoa física não inscrita e por pessoa jurídica, inscrita ou não inscrita.

( ) Certo.

( ) Errado.

34. (BIO-RIO - 2015 - IF-RJ - Fonoaudiólogo) A Fonoaudiologia é a profissão regulamentada pela Lei no 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto no 87.218, de 31 de maio de 1982. Art. 4º. Uma das responsabilidades do fonoaudiólogo em relação aos clientes é:

a) elaborar, fornecer relatório, resultado de exame, parecer e laudo fonoaudiológico, quando solicitado.

b) iniciar tratamento de incapazes, sem autorização de seus representantes legais.

c) utilizar técnicas ou materiais no tratamento que não tenham eficácia comprovada.

d) emitir parecer, laudo ou relatório que não correspondam à veracidade dos fatos ou dos quais não tenha participado.

e) usar a profissão para corromper, lesar ou alterar a personalidade e/ou a integridade física e/ou psíquica dos clientes ou ser conivente com esta prática.

35. (Quadrix - 2013 - CREFONO - 6ª Região - Auxiliar Administrativo) De acordo com a Lei nº 6.965, o exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições, exceto:

a) Cidadania brasileira.

b) Idade mínima de 21 anos.

c) Habilitação profissional na forma da legislação em vigor.

d) Pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos.

e) Inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

36. (CFFA-2013) De acordo com a Lei Federal nº 6.965/81, o exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além de outras exigências legais, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas, EXCETO:

a) Cidadania brasileira.

b) Pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos.

c) Habilitação profissional na forma da legislação em vigor.

d) Inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

e) Declaração de idoneidade moral afirmada por duas autoridades públicas.

37. (Quadrix - 2020 - CREFONO - 1ª Região - Agente Fiscal) Com base na Lei n.º 6.965/1981, julgue o item:

A seus presidentes incumbe a administração e a representação legal dos Conselhos Regionais, facultando-lhes suspender o cumprimento de deliberação de seu Plenário que lhes pareça inconveniente ou contrária aos interesses da instituição e submeter essa decisão à autoridade competente.

( ) Certo.

( ) Errado.

38. (SEMAD-SÃO LUIS) Com a regulamentação da profissão pela Lei n.o 6.965/1981, a escola passou a ser um espaço de atuação definido legalmente para o profissional da fonoaudiologia. Acerca da atuação do fonoaudiólogo e das importantes atividades desenvolvidas por esse profissional inserido no contexto educacional, julgue o item subsequente.

O diagnóstico institucional, realizado pelo fonoaudiólogo educacional, consiste em conhecer as características da instituição local e suas necessidades, a fim de que seja elaborado um projeto condizente com a realidade.

( ) Certo.

( ) Errado.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08
C	E	C	C	C	C	D	C
09	10	11	12	13	14	15	16
D	E	E	C	C	E	C	E
17	18	19	20	21	22	23	24
E	C	C	E	E	C	E	C
25	26	27	28	29	30	31	32
C	E	C	E	E	C	C	E
33	34	35	36	37	38		
C	A	B	E	C	C		

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.